



Gabinete do(a) Vereador(a) Professor Antônio Cesar

REQUERIMENTO

AO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES-ES

Assunto: SOLICITA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS MONITORES DESIGNADOS AO CEIM ADAGMAR PINTO SANTOS, BAIRRO INTERLAGOS.

Linhares, 14 de abril de 2022.

Requerimento Gab. ACMS nº 206/2022

Ao:

Excelentíssimo Senhor

Roque Chile de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Linhares

CONSIDERANDO que o artigo 128 do Regimento Interno desta Câmara Municipal prevê a utilização de requerimento dirigido à Mesa Diretora ou ao Presidente, para tratar de matéria de competência da Câmara Municipal;

É o presente para solicitar à Secretaria Municipal de Educação, informações a respeito dos monitores de educação especial, especificamente, informações sobre o seguinte questionamento:

Quais os critérios para designação de monitores para alunos portadores de Transtorno do Espectro Autista - TEA?

Há algum critério de prioridade para a designação? Em caso de resposta positiva, quais são?





CÂMARA MUNICIPAL DE
LINHARES

Processo Legislativo
Eletrônico

Na certeza de contar com sua colaboração,

Cordialmente,

VEREADOR(A) Professor Antônio Cesar-PV



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade>
com o identificador 3200350034003200370032003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200350034003200370032003A005000

Assinado eletronicamente por **Professor Antônio Cesar** em 14/04/2022 08:40

Checksum: **D0F356A0C715259392570DEB0A698C0EE6417E295C429D39B6162D458FCA5079**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> com o identificador 3200350034003200370032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

